

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E ENSINO DA FILOSOFIA: QUE RELAÇÃO?

*Emanuel Oliveira Medeiros
Universidade dos Açores*

1. Da Educação e da Filosofia da Educação

O ensino da Filosofia exige uma Filosofia da Educação. Esta relação pressupõe uma clarificação dos conceitos de Filosofia e de Educação no contexto da Escola de Hoje. Esta posição requer um breve olhar sobre a gênese e conceptualização dos actuais programas de “Introdução à Filosofia” e “Filosofia”.

Não vamos questionar a possibilidade da ensinabilidade da Filosofia, visto que ela está instituída no currículo do Ensino Secundário. Urge, sim, avivar um questionamento sereno sobre as finalidades e o contributo da Filosofia para a formação dos jovens-alunos na Educação Secundária no contexto do mundo contemporâneo e num horizonte de futuro. Colocar esta questão situa-nos num dos eixos nucleares da Filosofia da Educação.

Desenvolver uma prática educativa e filosófica na escola contemporânea implica saber analisar o presente, que é, naturalmente, o testemunho recente do passado, escutar o futuro e fazer uma análise prospectiva que dê inteligibilidade e suporte ao labor filosófico. Por outro lado, o aprofundamento da filosofia deve gerar uma compreensão mais lúcida, com benefício social, cultural e histórico. Neste sentido, passar pela filosofia no Ensino Secundário deve significar uma vivência de consciencialização progressiva que dê frutos para toda a vida.

Ao ler a Carta Magna “Educação e Formação ao Longo da Vida”, emergem conceitos que podem ser faróis na prática lectiva da filosofia mas também reflectem uma filosofia, isto é, um pensamento sobre o sentido da educação e da formação. A dado passo podemos ler: “Os novos conceitos de Educação e Formação não podem deixar de ser consequência e causa duma nova filosofia do desenvolvimento, aquela que assenta no princípio materialista de que os custos da desadaptação de cada um recaem sobre todos os outros, mas que, surpreendentemente, vem iluminando os caminhos duma nova ética de feição solidária e humanista, que os tempos do futuro próximo não poderão deixar de sublinhar, não apenas em termos de carta de sobrevivência, mas sobretudo em termos de filosofia da existência”.¹

Para nós, profissionais da Filosofia e da Educação, estas afirmações suscitam uma compreensão do sentido e do alcance desta disciplina na formação dos jovens. Hoje, a opção essencial está muitas vezes entre uma filosofia de gabinete ou uma filosofia com implicações comunitárias. A articulação entre estas duas dimensões é necessária e desejável, visto que o filósofo e o aprendiz de filosofia têm uma dupla exigência: aprofundar a interioridade do “eu”-dimensão solitária- e, ao mesmo tempo, potenciar uma capacidade de intervenção e cooperação-dimensão solidária e de desenvolvimento interpessoal. A clarificação destes conceitos e pressupostos mobilizam uma Filosofia da Educação mas apontam para uma realidade concreta onde se devem exercer e desenvolver: a sala de aula, a escola e a comunidade no seu todo. Se no espaço filosofia-escola não se desenvolver estratégias de *educação-formação* que tenham implicações a longo prazo, cabe perguntar seriamente onde está a essência do papel formativo da filosofia. Trata-se de uma tarefa exigente e rigorosa mas é este sabor difícil que poderá fazer da filosofia aquilo que ela mais profundamente deve ser: sabedoria. Esta concepção implica organizar estratégias que desenvolvam competências cognitivas, pessoais e sociais nos alunos, sempre à busca de sínteses integradoras e vividas.

No mundo contemporâneo assumem particular importância os conceitos de sociedade da informação e do conhecimento, daí decorrendo a necessidade de uma aprendizagem permanente, de um exercício crítico, muitas vezes desconstrucionista. No documento acima referido podemos ler: “A sociedade do futuro terá de reformular o quadro onde o saber é criado e transmitido, e as metodologias de ensino e aprendizagem estão a ser apuradas em função dessa nova noção de competência”².

Nesta óptica consideramos que é fundamental articular as várias fases da escolaridade e a sua relação com a formação ao longo da vida. Segundo Ribeiro Dias, a “educação secundária” deve promover no educando “a aquisição de conhecimentos, saberes, competências e atitudes que lhe permitam tornar-se progressivamente capaz de tomar nas mãos e para a vida toda a condução do processo da sua auto-educação”³. Considerando que a reflexão pessoal é um método nuclear em filosofia, facilmente verificamos que a “Introdução à Filosofia” e “Filosofia” têm um campo imenso de acção educacional.

No “Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI”, intitulado *Educação, um tesouro a descobrir*, Roberto Carneiro afirma: “Filosofia e Educação confundem-se numa mesma angústia, num mesmo olhar, numa mesma indagação sobre o lugar e o caminho da pessoa humana, porventura nas encruzilhadas, que levam a uma nova etapa da sua história colectiva”⁴.

Dos vários núcleos temáticos apresentados e aprofundados no Relatório, salientamos os “quatro pilares da educação”, como grandes princípios orientadores da Educação para o Século XXI: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros, aprender a ser. Acredito que estas grandes finalidades, estas utopias realizadoras, podem ter expressão na vida quotidiana de um professor de filosofia, através da sua prática pedagógico-didáctica

e na sua relação interpessoal com os alunos. Esta exigência de ser, e de criar condições para que os outros sejam, é uma das tarefas fundamentais do processo filosófico.

Como afirma Olivier Reboul, “todas as informações, todos os saber-fazer, todos os saberes puros que um ensino permite adquirir são outras tantas ocasiões para aprender a ser; mas ser não se ensina, e cada um tem que o aprender por si próprio, durante toda a vida.”⁵ Ao aprofundar o que é aprender a ser, o mesmo filósofo afirma: “o que é aprender a ser, senão aprender a mudar, a renunciar corajosamente ao conforto e ao comodismo em que uma pessoa estava instalada como em sua casa, para vir a ser, enfim, ela própria” e conclui: “Aprender, realmente, é sempre “desaprender”, para vencer o que nos paralisa, nos encerra, nos aliena. Para ficar jovem!”.

E porque a filosofia no Ensino Secundário deve dar uma atenção primordial aos seus destinatários-agentes, os jovens-alunos, consideramos oportuno uma breve incursão sobre a génese dos actuais programas de “Introdução à Filosofia”(10º e 11º anos) e “Filosofia”(12º ano).

2. Da génese dos actuais programas de “Introdução à Filosofia” e “Filosofia” à reflexão pedagógico-didáctica

A comunidade educativa tem responsabilidades acrescidas para manter viva e actualizada reflexões sobre a Filosofia e a sua ensinabilidade. Tal esquecimento foi, eventualmente, uma das razões indirectas que estiveram na base da tentativa de substituir a disciplina de Filosofia pela disciplina de “História das Ideias e da Cultura”, aquando do lançamento da última Reforma Educativa. Tal possibilidade provocou um verdadeiro “choque de realidade”. Essa ameaça colocou os filósofos e os professores de Filosofia a reflectirem seriamente sobre o lugar desta disciplina. A possibilidade de exclusão da Filosofia, como disciplina obrigatória de formação geral, suscitou uma reacção viva e imediata da comunidade filosófica e educativa.

Muitas foram as vozes autorizadas que se insurgiram, de modo fundamentado e clarificador, contra essa eventualidade. Aqui não iremos aprofundar, de modo algum, todo esse percurso histórico-filosófico. O nosso objectivo visa retomar a génese do problema para clarificar que, embora a filosofia não se esgote no seu ensino, os problemas da ensinabilidade e educabilidade filosóficas são determinantes. O seu esquecimento pode ser fatal.

Num artigo intitulado “A Reforma do Sistema Educativo, a Educação Secundária e a Disciplina de Filosofia”, Ribeiro Dias afirmava que a substituição da Filosofia pela História das Ideias e da Cultura entraria “em contradição com os princípios e os objectivos de uma simples reforma do sistema escolar, mas muito mais com os da Reforma do sistema educativo em que todos nos encontramos empenhados, na medida em que deixa de assegurar a aquisição, por parte dos alunos - futuros-adultos-, das capacidades de autonomia pessoal, de auto-educação e de auto-formação e de diálogo participativo que os devem caracterizar”⁶.

Estas afirmações de Ribeiro Dias situam o entendimento do autor sobre o papel da filosofia no sistema escolar e, de forma mais abrangente, na sua relação e conexão com todo o sistema educativo e com a própria dimensão prospectiva da educação.

Muitos outros filósofos e autores manifestaram a sua posição contra a tentativa de substituir a disciplina de Filosofia pela disciplina de “História das Ideias e da Cultura”. Tal movimento reflexivo deu origem a vários debates, entre os quais referimos um organizado pela Associação de Professores de Filosofia, cujas comunicações foram publicadas em livro com o título *A Filosofia face à Cultura Tecnológica*. Tal movimento reflexivo, analítico e crítico, trouxe uma aragem muito saudável à Filosofia, revitalizando-se o seu sentido educacional.

Depois de explicitar uma diversidade de razões histórico-culturais que legitimaram - e legitimam - a continuidade institucional da Filosofia no Secundário, Manuel Ferreira Patrício afirmou: “esperar-se-ia uma conclusão pedagógica que consistisse no reforço do ensino da Filosofia no Ensino Secundário, como disciplina de formação geral”.

Para José Barata Moura, por exemplo, a exclusão da Filosofia do currículo do Ensino Secundário mereceu uma viva denúncia pela comunidade científica, “cumulativamente, por razões de natureza científica, pedagógica e cultural”.

A reacção firme, fundamentada e unânime da comunidade filosófica fez recuar o grupo de trabalho relativamente à proposta de substituir a disciplina de Filosofia pela de “História das Ideias e da Cultura”.

No entanto, o exercício crítico de reacção tornou evidente a necessidade de reformar a disciplina de Filosofia sem a transformação dos seus contornos identitários.

Para Manuel Maria Carrilho, por exemplo, tornava-se urgente repensar na Filosofia a articulação entre tradição e contemporaneidade. Este filósofo criticou, na altura, o facto de os programas então em vigor, desde 1979, pretenderem transmitir uma filosofia no singular (A Filosofia), com cerca de dois mil anos de história, bem como a totalidade dos seus temas. Defendia, aliás, que a Filosofia não precisava de fazer uma defesa mas, sim, desenvolver um “ataque” para “mostrar como no contexto da nossa cultura e do nosso mundo ela se revela um imprescindível instrumento heurístico”.

Após a decisão de manter a Filosofia no Secundário, foi constituída uma equipa de professores coordenada por Manuel Maria Carrilho, para elaborar um Projecto de Programa. Como sabemos, este projecto foi rejeitado, mas houve, em rigor histórico, alguns pressupostos que transitaram e foram recuperados posteriormente, como, por exemplo, a valorização da Filosofia como problematologia, a importância moderada atribuída à contemporaneidade e a estruturação dos programas de “Introdução à Filosofia” a partir de núcleos temáticos.

No Projecto de Programa referido, havia a valorização da “experiência interrogativa no presente”, cujo objectivo era “promover uma prática do ensino da Filosofia que se faça na

“Introdução à Filosofia” deve-se desenvolver progressivamente exigência de interpretação e expressão filosóficas. Por esta razão, num texto intitulado “Leitura integral. Porquê? Como?”, José Enes explicita as funções de “continuidade” e “complementaridade” que ligam “o ensino da Filosofia do 12º ano ao da Introdução à Filosofia dos 10º e 11º, no quadro jurídico e pedagógico do sistema do ensino secundário”¹².

Todos sabemos das dificuldades que os alunos sentem na expressão escrita da língua portuguesa. Joaquim Neves Vicente refere, a este propósito: “Os déficits linguísticos e culturais dos alunos saídos da escolaridade obrigatória são maiores, a maturidade cognitiva e intelectual está ainda em fase de consolidação, as capacidades de abstracção são ainda precárias, os hábitos de estudo, as estratégias de aprendizagem, assim como as competências de leitura compreensiva e de expressão discursiva estão ainda, em boa parte, por adquirir”¹³.

Consideramos que a expressão oral e escrita devem ser complementares na aula de Filosofia, concorrendo, deste modo, para o desenvolvimento de competências fundamentais nos alunos. Nesta sequência, consideramos que o paradigma da *intersubjectividade*, tematizado por Habermas, tem elevadas virtualidades pedagógico-didácticas. Mas o paradigma da intersubjectividade deve confrontar, também, o sujeito com a exigência e o rigor da escrita pela qual a verdade se manifesta e o pensar se expressa.

O facto da disciplina se designar “Introdução à Filosofia” não significa, do nosso ponto de vista, que estejamos numa etapa propedêutica para a Filosofia. Neste nível de ensino, a Filosofia descobre-se como Pedagogia e o contrário também é verdadeiro. Neste sentido, afirma João Boavida:

“A relação entre filosofia e pedagogia merece mais atenção do que habitualmente se lhe dá. E isto porque a verdadeira compreensão desta relação não só terá, necessariamente, implicações profundas ao nível do ensino e da aprendizagem da filosofia, como também, sendo a este nível que se joga o essencial da filosofia, sem a verdadeira compreensão do que isto significa e do que, portanto, está em causa, é a própria filosofia que acaba por ser posta em causa”¹⁴.

Aliás, os actuais programas de “Introdução à Filosofia” situam-se, também, nesta perspectiva. Nesta sequência, têm sentido as seguintes afirmações: “Se a centração no aluno e a ampla margem de iniciativa do professor se salientam como os traços pedagógicos caracterizadores do Programa, é porque se considera que o ensino da Filosofia, já a nível de iniciação, é ele mesmo filosófico, quer pelo conteúdo- a racionalidade- quer pelo método- a reflexão pessoal. E se opor filosofia e pedagogia carece de sentido, uma vez que todo o pedagógico releva o filosófico e todo o filosófico é tendencialmente pedagógico, a consideração dos requisitos pedagógicos para a cabal execução do Programa é, ao mesmo tempo, a consideração das exigências filosóficas para a prática da reflexão”¹⁵.

Mas a autonomia de cada um desenvolve-se e interage com a autonomia dos outros. Por esta razão, o ensino da Filosofia deve pressupor estratégias de desenvolvimento intersubjectivo. Mas

a intersubjectividade tem um fundo mais profundo. Ela deve pressupor um horizonte e uma base de aprofundamento e desenvolvimento antropológico e ético dos alunos. Só neste sentido a Filosofia terá, a nosso ver, uma finalidade formativa. Mas esse *telos formativo* deve solicitar a nossa atenção filosófica e didáctica para as opções nucleares e intrinsecamente significativas que cada professor deve fazer no que se refere *ao que ensinar*, *ao como ensinar*, tendo presente, nos diferentes momentos de planeamento curricular e reflexão educativa, o sentido e a dignidade intrínseca daquilo que se ensina e do que se proporciona para aprendizagem. É neste plano que se gera e alimenta uma Filosofia da Educação.

Considerar o plano do ensino e o plano da aprendizagem tem, também, efeitos positivos sobre o entendimento do *núcleo identitário* desta área do conhecimento, ao mesmo tempo que nos permite abordar margens de crescimento da filosofia. Entendo que a Filosofia cresce e se revigora no seu próprio universo. Mas esse universo não é um terreno com circunscrições absolutas, de modo algum. Se assim fosse, a Filosofia cairia numa mesmidade perigosa, com todas as consequências negativas. A autonomia da Filosofia faz-se, também, pelo seu diálogo crítico com outros saberes, daí a sua componente *interdisciplinar*, mas também se faz com outros núcleos de investigação que poderão permitir tematizações filosóficas inovadoras.

Neste contexto, têm toda a pertinência e alcance as afirmações de Luísa Ribeiro Ferreira, escritas num texto intitulado “Da Filosofia e seu ensino”: “Contesto assim um pensamento rigidamente dicotomizado em que razão e não razão se opõem como pares irredutíveis, com fronteiras absolutamente demarcadas”. E pergunta: “Porque pensar que a filosofia se perderá deixando de o ser, quando intervém nas “heteronomias”? São elas que lhe dão corpo, que a tornam um discurso humano, que permitem a nossa identificação com os temas abordados pelo filósofo, sob perigo de este se tornar cada vez mais alienado dos homens”¹⁶.

Do nosso ponto de vista, a teoria do desenvolvimento curricular, alimentada por uma filosofia do currículo, pode constituir uma iluminação sistemática para a configuração filosófica de novas temáticas e de novos objectos de estudo. A viagem pode ser do filosófico para o não filosófico e deste para aquele. Esta questão é nuclear, a nosso ver, quando se trata da filosofia do Ensino Secundário, admitindo, naturalmente, que o questionamento e a pergunta dirigem o pensamento e o pensar para níveis de aprofundamento ontológico, existencial, antropológico e hermenêutico. É esta configuração que se procura e que define os contornos daquilo que é, ou pode vir a ser, filosofia. Esta tarefa exige o contributo da Filosofia da Educação, no sentido em que a essencialização filosófica mobiliza conceptualizações pedagógicas e didácticas. Mas a Didáctica não se identifica com um conjunto de técnicas. Ela coloca-nos no caminho da reflexão e da metodologia, processos que também vão constituindo os objectos do conhecimento e da Educação, clarificando, também, os processos da aprendizagem e do desenvolvimento integral da pessoa humana.

3. Algumas representações de alunos e professores sobre os Programas de “Introdução à Filosofia” e “Filosofia”

Considerando a limitação do tempo e do espaço, não nos é possível abordar, com a profundidade desejável, as representações de professores e alunos sobre os Programas de “Introdução à Filosofia” e “Filosofia”. Iremos, todavia, explicitar algumas das coordenadas do nosso estudo que incidiu sobre alunos e professores de Filosofia do 11º e 12º anos da Região Autónoma dos Açores no ano lectivo de 1995/96.

Em relação aos alunos, a amostra foi constituída por 40% do universo das turmas do 11º, perfazendo um total de 628 alunos e, no 12º ano, um total de 90 alunos. A amostra foi encontrada através de um método aleatório.

Para nós, auscultar as percepções dos alunos e professores significou- e significa- tomar o pulso da filosofia a partir da perspectiva do seu ensino mas também a partir da sua aprendizagem. O nosso propósito de investigação pretendeu, assim, avaliar, de algum modo, o caminho que vai das intenções à realidade. Até que ponto as finalidades, os objectivos, as metodologias e os conteúdos programáticos correspondem, na prática, à intenção que lhes está subjacente?

No inquérito aplicado aos alunos, a primeira questão formulada referia-se às grandes unidades programáticas de “Introdução à Filosofia”.

Impõe-se, desde logo, uma clarificação breve em relação à escolha do verbo “gostar” para, a partir dele, mediar a relação de significado entre os sujeitos - os alunos- e os conteúdos programáticos. No que se refere aos professores, a questão referente à leccionação dos conteúdos programáticos foi colocada a partir do “gosto”. Neste contexto, consideramos adequadas as afirmações de Habermas: “Nietzsche entroniza o gosto, “o sim e o não do palato como órgão de um “conhecimento” para lá do verdadeiro e do falso, para lá do bom e do mau. Eleva o juízo de gosto de árbitro de arte a modelo de juízo de valor, de “apreciação de valores”. O sentido legítimo da crítica é o de um juízo de valor, institui uma hierarquia que sopesa as coisas, que mede as forças. E toda a interpretação é uma avaliação”¹⁷.

Estas afirmações de Habermas ajudam a considerar que alunos e professores, como sujeitos concretos que são, podem aferir e expressar um juízo de “gosto”, sem que esta posição se identifique com uma linha subjectivista. Aliás, o valor objectivo passa pelos sujeitos concretos e pelo confronto de indagação intersubjectiva.

De um modo geral, as temáticas que constam do Programa despertam o interesse dos alunos. Esta conclusão é aferível se atendermos à coluna referente à categoria de “gostei”.

	Inquiridos				Respondentes					
	R*	%	NR*	%	Não gostei	%	Gostei	%	Gostei muito	%
1.1	622	99	6	1	171	27,2	401	63,9	50	8
1.2	626	99,7	2	0,3	118	18,8	363	57,8	145	23,1
1.3	575	91,6	53	8,4	272	43,3	254	40,4	49	7,8
1.4	625	99,5	3	0,5	211	33,6	295	47	119	18,9
1.5	617	98,2	11	1,8	127	20,2	347	55,3	143	22,8
1.6	570	90,8	58	9,2	89	14,2	283	45,1	198	31,5

Vejamos o quadro:¹⁸

Legenda 1: 1.1 A Intenção Filosófica e a Diversidade dos Saberes
 1.2 A Dinâmica do Ser Humano no Mundo;
 A Acção e a Questão dos Valores
 1.3 A Filosofia no Tempo
 1.4 O Universo da Lógica
 1.5 A Problemática do Conhecer e do Ser
 1.6 O Ser Humano e o Sentido da Existência

Legenda 2 (*) R - Respondentes ; NR - Não respondentes

Se observarmos a coluna que diz respeito à categoria de “gostei muito”, verificamos que as problemáticas referentes à “Dinâmica do ser Humano no Mundo; A Acção e a Questão dos Valores”, bem como “O Ser Humano e o Sentido da Existência” despertam uma adesão clara e inequívoca por parte dos alunos. A inclusão destas unidades nos programas veio suscitar nos alunos muito interesse. Afastar essas temáticas dos programas teria sido um empobrecimento filosófico. São temas que suscitam um envolvimento pedagógico por parte dos alunos e contribuem para o seu próprio desenvolvimento humano e filosófico.

O facto de a unidade “O Ser Humano e o Sentido da Existência” ser um macro conteúdo programático e proporcionar uma interpelação especial aos alunos, indica-nos que há, ou pode haver, uma interconexão desejável entre a dimensão filosófica e psicológica na aprendizagem e desenvolvimento global dos jovens-alunos.

Da leitura e análise do conteúdo das justificações dadas pelos alunos, destacamos algumas das fundamentações que apresentam em relação à unidade “O Ser Humano e o Sentido da Existência”:

- “Porque é um tema que desde sempre o Homem nunca conseguiu explicar mas sempre quis tentar compreender.”

- “O tema despertou-nos para o facto de também tentarmos perceber porque existimos e o que dá sentido à nossa existência. Porque é que estamos aqui?”

- Porque são questões que nós, os jovens, colocamos no dia-a-dia e para as quais desejamos encontrar resposta.”

- “Porque ando à procura de um sentido também”¹⁹.

Estas afirmações demonstram o interesse destas temáticas e a sua relevância formativa para os jovens-alunos.

Após a análise global dos resultados do inquérito, tornou-se evidente que há uma semelhança espantosa entre as preferências dos alunos e dos professores, principalmente no que se refere à Sexta Unidade. Talvez seja legítimo retirar daqui certas ilações:

- O modo como o professor de Filosofia se relaciona com as temáticas e conteúdos programáticos tem incidências directas na sua leccionação;

- O grau de preferência por determinadas temáticas pode influenciar directamente a respectiva aprendizagem;

- Em Filosofia, poderá existir uma relação directa entre “o que” ensinar e o “como” ensinar;

- O professor é um mediador fundamental entre os alunos (sujeitos de aprendizagem) e a matéria (conteúdos programáticos);

- Há determinados temas que constituem um terreno mais favorável ao exercício das capacidades analíticas, problematizadoras e críticas da Filosofia;

- Os professores estão mais despertos para as temáticas vivenciadas e relacionadas com a problemática da existência humana.

Do estudo realizado, podemos retirar algumas conclusões que poderão constituir um contributo no processo de formação de professores, especialmente os professores de Filosofia. Os professores de Filosofia, quando confrontados com problemas decisivos, respondem com a radicalidade própria da Filosofia.

Toda a polémica gerada à volta dos programas de Filosofia deram visibilidade a um elevado grau de consciência crítica e interventora da comunidade filosófica e educativa.

A adopção dos actuais programas de “Introdução à Filosofia” e de “Filosofia” significou uma valorização institucional forte da componente pedagógico-didáctica na dinâmica filosófica e, neste sentido, as Ciências da Educação têm um papel importante a desempenhar neste contexto de compreensão educativa da Filosofia.

O inquérito realizado a alunos e professores de Filosofia da Região Autónoma dos Açores trouxe à nossa consideração indicadores analíticos muito importantes.

Os alunos e professores manifestaram uma preferência pela abordagem de temáticas relacionadas com a segunda e sexta unidades programáticas, respectivamente “A Dinâmica

do Ser Humano no Mundo; A Acção e a Questão dos Valores” e “O Ser Humano e o sentido da Existência” e, de certo modo, as temáticas “Do Conhecer e do Ser”. Há, por outro lado, uma proposta clara de redução da unidade “O Universo da Lógica”.

Em síntese, diríamos que a actividade filosófica na Educação Secundária deve enraizar-se, com toda a vitalidade e profundidade, num projecto humanista que será, sempre, a âncora mais segura e consistente de qualquer projecto educativo.

Notas

- 1- Comissão Nacional para o ano da *Educação e Formação ao Longo da Vida*, datada de 26 de Janeiro de 1998. (Policopiado), p. 4.
- 2- *Ibidem*, p. 5.
- 3- DIAS, J.R. (1988). *A Reforma do Sistema, a Educação Secundária e a disciplina de Filosofia*. Revista Portuguesa de Educação, p. 171.
- 4- DELORS, J. (1996). *Educação, um tesouro a descobrir*, Rio Tinto: Edições ASA, p. 10.
- 5- REBOUL, O.(1982). *O que é aprender?* Coimbra: Livraria Almedina, p. 194.
- 6- DIAS, J.R. (1988). *A Reforma do Sistema, a Educação Secundária e a disciplina de Filosofia*. Revista Portuguesa de Educação, p. 172.
- 7- PATRÍCIO, M.F. *Filosofia Indispensável*. Jornal de Letras, de 1-3-1998.
- 8- MOURA, J.B. (1988). “Em torno da expulsão da Filosofia e da “Filosofia” da Expulsão”. Associação de Professores de Filosofia. *A Filosofia face à Cultura Tecnológica*”, p. 33.
- 9- GRÁCIO, R. (1990). in *Reorganização dos Planos Curriculares dos Ensinos Básico e Secundário. Pareceres. Introdução à Filosofia, Filosofia*. Lisboa: I.I.E.
- 10- Ministério da Educação (1991). *Introdução à Filosofia. Organização Curricular e Programas*, p. 8.
- 11- Ministério da Educação (1991). *Introdução à Filosofia. Organização Curricular e Programas*, p. 9.
- 12- ENES, J. (1995). “Leitura Integral: Porquê? Como?”. *Revista Filosófica de Coimbra*, (nº 7). Coimbra, p. 166.
- 13- VICENTE, J. N. (1994). Subsídios para uma Didáctica da Filosofia”. in *Revista Filosófica de Coimbra*(nº 6). Coimbra, p. 411.
- 14- BOAVIDA, J. (1993). *Pedagogia-Filosofia-Filosofia-Pedagogia*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- 15- Ministério da Educação (1991). *Introdução à Filosofia. Organização Curricular e Programas*, p. 7.
- 16- FERREIRA, Mª. L. (1988). “Da Filosofia e seu ensino”. in *O Ensino da Filosofia*. Vol II, nº1/2. Sociedade Portuguesa de Filosofia, p. 26.
- 17- HABERMAS, J.(1990). *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p. 123.
- 18- MEDEIROS, E. (1996). *A Filosofia na Educação Secundária. Uma Reflexão no Contexto da Reforma Curricular e Educativa*. [PAPCC]. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, p. 188. (Policopiado).
- 19- *Idem, Ibidem*, p. 191.